UNIÃO GAÚCHA EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PÚBLICA

A “NOVA” PREVIDÊNCIA

75 ANOS AJURIS

ARI

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 JULIO MESQUITA (1862 - 1927)

Quinta-feira 21 DE FEVEREIRO DE 2019 R$ 5,00 ANO 140 Nº 45782 EDIÇÃO DE 0H30 estadão.com.br

PROPOSTA DO GOVERNO PARA A PREVIDÊNCIA

Idade mínima será de **65 anos** para homens e **62** para mulheres

Contribuição mínima passa de 15 para 20 anos no INSS

Alíquota de contribuição será por **faixa salarial**: quem ganha mais paga mais

Servidores seguirão regras do INSS, com transição mais **rigorosa**

Benefício para **idoso** de baixa renda será de **R$ 400** aos 60 anos

A MAIS AMBICIOSA DAS REFORMAS

Texto enviado por Bolsonaro à Câmara prevê regras mais duras para quem ganha mais e economia de R$ 1,1 tri em 10 anos

CORREIO DO POVO

ANO 124 | Nº 160 PORTO ALEGRE, **SÁBADO**, 9 DE MARÇO DE 2019 RS, SC, PR - R$ 3,00 | **POA - R$ 2,50**

BOLSONARO

‘Sem reforma, tendência é país chegar à beira do caos’

Presidente diz que mudança na Previdência não pode levar um ano para ser aprovada pelo Congresso. Ele admite que proposta é ‘amarga’ em algum aspecto, mas que pode ser alterada

PÁGINA 3

ENTREVISTA

Walter Schalka / PRESIDENTE DA SUZANO

Presidente da maior produtora de celulose do mundo confia na aprovação da reforma, mas diz que governo deve aprender a lidar com Congresso

EDUARDO SALGADO E RENATO ANDRADE economia@oglobo.com.br

'NÃO PASSAR A PREVIDÊNCIA É O CAOS TOTAL'

À frente da Suzano, a maior produtora de celulose do mundo e uma das primeiras na fabricação de papel, Walter Schalka diz que o governo deve passar por um processo de aprendizagem na sua relação com o Congresso e acredita que a proposta de reforma da Previ-

discutindo é quanto a proposta do governo será mexida. O que o Congresso vai querer buscar é uma maior equidade. Os servidores públicos federais, militares, sindicalistas vão brigar para tentar minorar a sua parte. Mas não podemos transformar a reforma da Previdên-

SERGIO ZACCHI/IMAGEM

completamente ineficiente. Não falta verba para a educação ou para a saúde, falta é gestão. Temos que fazer também uma reforma fiscal. Há problemas sérios na política de subsídios. O Brasil dá R$ 300 bilhões em subsídios ao ano. Hoje tem R$ 60 bilhões em subsídios na Zona Franca de Manaus. Se acabasse com a Zona Franca de Manaus inteira e desse esse dinheiro para a população era melhor do que dar os subsídios. Conheço uma empresa que compra produtos na China, desmonta lá, embarca para o Brasil, remonta em Manaus e vende aqui. Qual o valor agregado disso para o país? Outro subsídio que tem de terminar é a forma como operamos o conceito do Simples. Sou a favor do Simples, mas não da forma como está. Minha esposa, outro dia, foi numa loja comprar móveis para uma casa que temos na praia. O caminhão chegou lá na praia com 13 notas fiscais,

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

» BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, 31 DE MARÇO DE 2019 (DOMINGO) » Número 20.402 » 84 páginas » R$ 4,00

Revista do CORREIO

Conquistando o mundo

Do Planalto Central, profissionais ganham as passarelas da moda pelos cinco continentes. A exemplo de Elaine Neves (foto), modelos brasilienses dão a dica: personalidade é uma das qualidades que levam ao sucesso.

Ferraz/Rio Fashion Week

Além da dieta

Estilo de vida, falta de rotina, dormir pouco e maus hábitos também pesam na balança

Poderosas

Personagens femininas são protagonistas nas telas com mensagens de conquistas

Ana Pianna/Esp. CB/D.A Press

Poço de carinho

Tony, o spitz alemão, fisgou o coração de Elen (foto) com duas das características mais fortes da raça: o apego e a facilidade de aprender.

O grande desafio é entrar no mercado

No DF, 41% dos jovens de 17 a 24 anos estão desempregados.

Conversas que resultam em arte

Uma dúzia de artistas, uma residência e muito trabalho coletivo.

Entrevista // Onyx Lorenzoni

"A nova Previdência é o portal da prosperidade"

» ANA DUBEUX » DENISE ROTHENBURG » LEO CAVALCANTI

Depois da crise, a volta do otimismo: o ministro da Casa Civil avalia que o fim das hostilidades entre o chefe do Executivo, Jair Bolsonaro, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, permitirá que a PEC da Previdência seja aprovada no Congresso ainda neste semestre. Para ele, a proposta de emenda à Constituição, principal pauta do governo, exige um pacto pelo Brasil. Sem a reforma, prevê, o país corre o risco de se transformar em uma Grécia e mergulhar no abismo. "Ou vamos ser Portugal (...), que se equilibrou e hoje é um dos países europeus que mais crescem", diz. Lorenzoni minimiza o fogo amigo que, até o meio da semana passada, paralisava a tramitação da proposta. "É preciso ter tempo, paciência, resiliência e humildade", afirma. Na entrevista, ele também aborda a crise no MEC, torpedeia a "herança terrível" que teria sido deixada pelo PT — "sem falar na roubalheira" — e avisa que "vem aí o revogaço", o fim de uma série de atos burocráticos que hoje infernizam a vida dos cidadãos. Será o ponto alto dos 100 primeiros dias de governo.

Sd Alves/CB/D.A Press

PÁGINAS 2 E 3

POLÍTICA

Presidente do Itaú, reforma da Previdência é muito boa

Por **CARLO CAUTI** 05/02/2019

iPad 16:56 em.com.br 93%
Seções em.com.br
Publicidade

ECONOMIA

‘É preciso dar um choque na Previdência’, diz Luiz Carlos Trabuco Cappi

Estadão Conteúdo

postado em 22/01/2019 11:10

Pela primeira vez em Davos como presidente do conselho de administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco Cappi, que completa 50 anos de casa em 2019, tem um recado bastante claro para o presidente Jair Bolsonaro: é preciso fazer um "choque" nas regras da Previdência, sem gradualismos. "Não dá para deixar de ter senso de urgência", afirmou em entrevista concedida ao **Estadão/Broadcast** na noite de segunda, 21, no centro de convenções do Fórum Econômico Mundial de Davos.

O Imóvel dos Seus Sonhos está na Imobiliária Colnaghi. Converse com Nossos pecialistas

ARENA DO PAVINI

Arena Previdência, Previdência Privada

XP cria seguradora para vender planos de previdência privada próprios

ANGELO PAVINI
21 de março de 2019, 15:25 665

Facebook Twitter Google+ Imprimir

Quero receber a newsletter gratuitamente

Com o objetivo de oferecer também opções em previdência privada, o Grupo XP lançou a XP Seguradora. Ela vai oferecer produtos próprios de alta performance e com gestão ativa. Neste primeiro momento serão lançados cerca de vinte e cinco fundos com planos PGBL e VGBL para clientes pessoa física, com as mais diversas estratégias, que vão desde renda fixa aos mandatos multimercados, geridos pelas principais gestoras independentes do país.

Publicidade

'Servidores só querem privilégios', diz secretário da Previdência

Em entrevista ao Correio, o secretário lembra que a situação de alguns estados é ainda mais crítica do que a da União

AA Alessandra Azevedo RH Rosana Hessel

postado em 10/03/2019 08:00

EXPRESSÃO DE OPINIÃO

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

O BRASIL NÃO PODE ESPERAR!

A **Confederação Nacional da Indústria (CNI)** defende mudanças urgentes na Previdência. **O modelo atual é inviável do ponto de vista financeiro e injusto do ponto de vista social**. Tornou-se insustentável diante das expressivas transformações demográficas ocorridas no Brasil nas últimas décadas.

A faixa dos brasileiros com idade superior a 65 anos triplicou nos últimos 50 anos e a expectativa de vida aumentou. As regras de concessão dos benefícios não são compatíveis com a mudança populacional, que se intensificará nos próximos anos. **As normas atuais levarão o País, fatalmente, ao colapso financeiro, já que o rombo aumenta ano após ano. A conta não fecha**.

Sem mudar a Previdência, toda a sociedade terá de arcar com os custos de elevação da carga tributária para viabilizar o pagamento dos benefícios. Também faltarão recursos (nos planos federal, estadual e municipal) para a prestação de serviços essenciais, como saúde, educação, segurança, infraestrutura e inovação – setores onde a atuação do poder público é fundamental.

A reforma do sistema previdenciário é a principal prioridade da Agenda Legislativa da Indústria e uma bandeira antiga do setor. Para a CNI, essa é uma medida inadiável e imprescindível para o Brasil voltar a crescer. Essencial para o equilíbrio das contas públicas, a atração de investimentos, a geração de empregos e a retomada do desenvolvimento econômico e social do País.

O destino da Nação e das futuras gerações está nas mãos do Congresso Nacional. Confiamos no patriotismo e no bom senso dos parlamentares, que certamente irão aprovar uma Previdência justa e sustentável.

O Brasil não pode esperar!

CNI

Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

MOTIVAÇÕES DA REFORMA

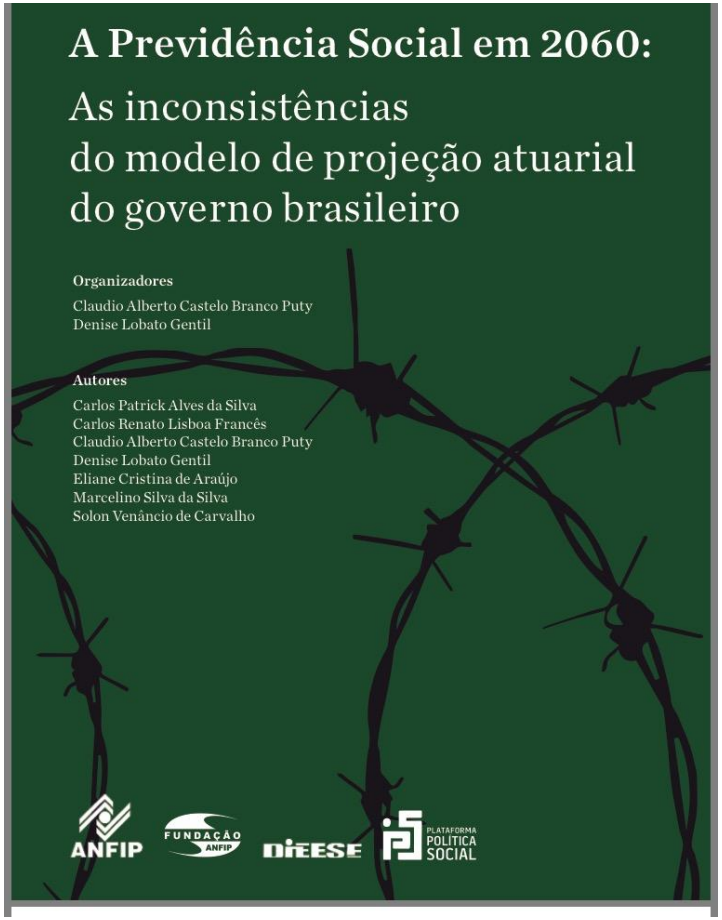
- A) Crise fiscal
- B) Evolução demográfica
- C) Equilíbrio financeiro e atuarial
- D) EC 95/16 – Teto de Gastos

ALTERNATIVAS

- A) Elevação da carga tributária
- B) Aumento da Dívida Pública
- C) Corte de programas sociais

SAIBA TUDO SOBRE A REFORMA (www.anfip.org.br)

PUBLICAÇÕES I



DESVIOS HISTÓRICOS

- IAPs – década de 50 – subscrição de ações preferenciais de CSN, Chesf, FNM, etc
- BNDE - 1952 – obrigação IAPs concederem empréstimos
- Construção de Brasília (DF) – US$ 52,5 bilhões
- Transamazônica, Rio-Niterói, Itaipu, Volta Redonda…
- Saldos apropriados pela União entre 66 e 99 –
- R$ 400 bilhões – atualizado - R$ 1,584 trilhão
- *(Ipea/BNDES -Jornal ZH, 24/10/99)*

AJUSTES NECESSÁRIOS - RPPS

•Na União

- Falta de formação de reservas – única unidade gestora
- Efetivação em 1993 de mais de 650 mil celetistas (TCU)
- Limite de idade/aposentadoria do RGPS – 60 anos
- Previdência complementar – desde 02/13 – Teto INSS

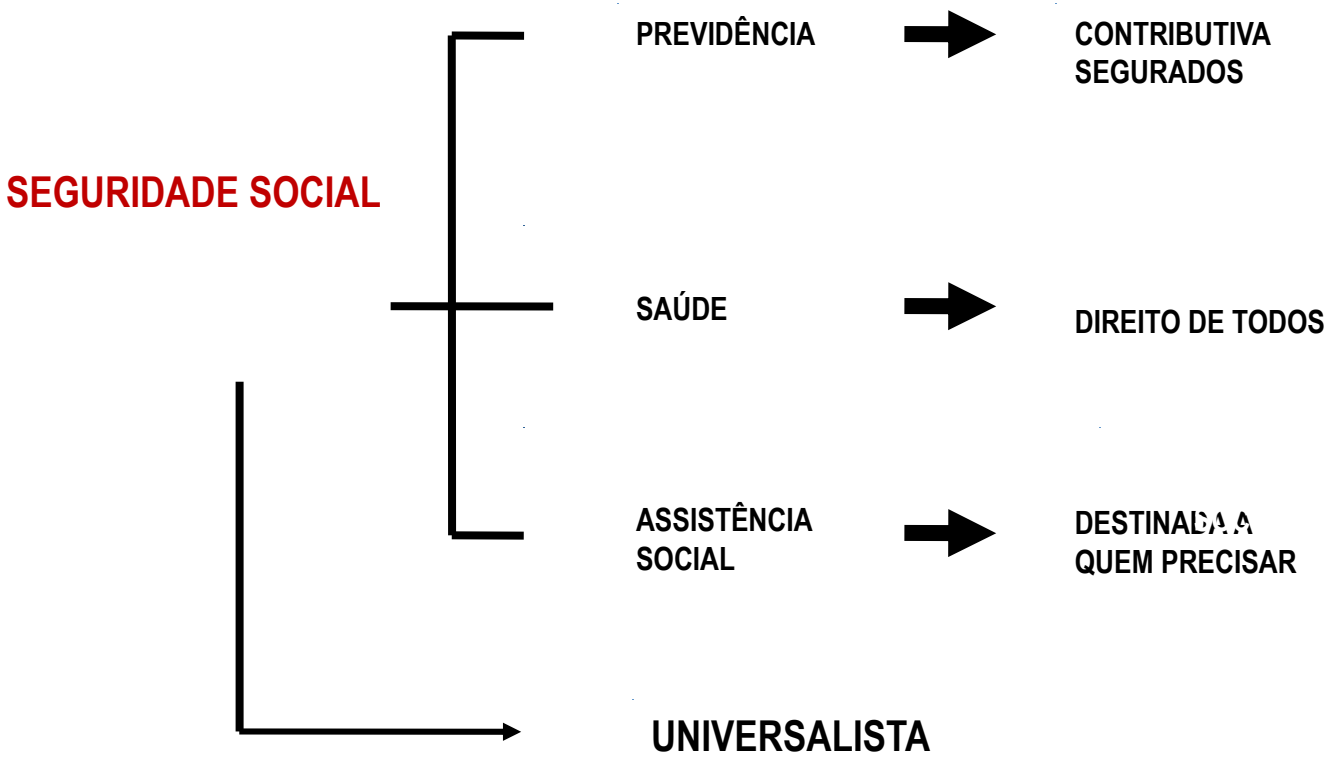
•Nos Estados e Municípios

- Regramento do RPPS de forma tardia
- Falta de formação de reservas
- Previdência complementar

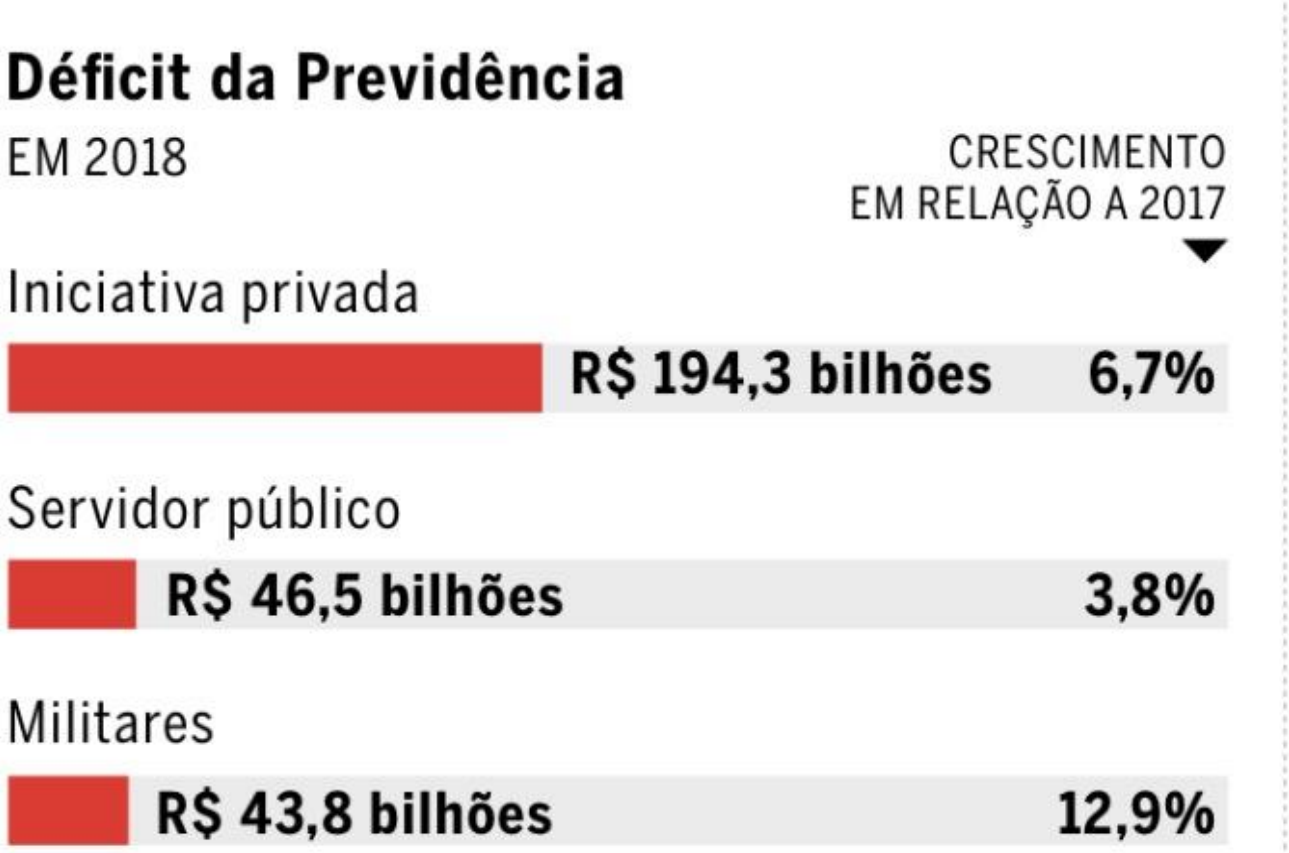
AJUSTES NECESSÁRIOS - RGPS

- Adequação pela evolução demográfica
- Elevadas renúncias/desoneração da folha sem contrapartidas/conjuntura econômica adversa
- Subsistema rural – desequilíbrio anual de mais de R$ 100 bilhões
- Deficiência na estrutura de fiscalização
- Lerdeza na recuperação dos créditos da dívida ativa

SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRO – CF 1988



CONTAS OFICIAIS



IMPACTO DA PEC 6/19

Impacto (em R$ bilhões)

Economia (R$ bi de 2019)	4 anos	10 anos
Reforma do RGPS	82,5	715
Reforma no RPPS da União	33,6	173,5
Alteração nas alíquotas do RGPS	-10,3	-27,6
Mudanças das alíquotas do RPPS da União	13,8	29,3
Assistência fásica e focalização do abono	41,4	182,2
TOTAL DA PEC DA NOVA PREVIDÊNCIA	161	1.072,4
Inatividade e pensões das Forças Armadas[1]	28	92,3
TOTAL	189,0	1.164,7

[1] **Fonte:** Ministério da Defesa

RESULTADO DA SEGURIDADE SOCIAL

	Receitas			Despesas			Resultado Seguridade Social	
	Contri-buições sociais	Outras receitas	Total Receitas	Benefícios	Outras despesas	Total despesas	Anual	Resultado médio
2005	277,0	12,3	289,3	173,5	43,0	216,5	72,8	
2006	298,5	12,6	311,0	199,9	50,3	250,2	60,9	
2007	340,4	14,0	354,4	225,7	57,8	283,5	70,9	
2008	359,8	15,4	375,2	246,5	62,4	308,9	66,3	
2009	375,9	16,0	391,8	282,6	74,9	357,5	34,3	
2010	441,3	16,7	458,0	319,8	80,6	400,4	57,6	
2011	508,1	18,8	526,9	357,5	91,2	448,7	78,2	43,4
2012	573,2	21,6	594,9	407,4	103,6	511,0	83,9	
2013	634,3	17,2	651,4	461,4	111,1	572,6	78,9	
2014	666,6	20,9	687,5	509,8	120,1	629,9	57,6	
2015	671,5	22,9	694,4	553,0	127,8	680,8	13,7	
2016	689,5	29,7	719,1	639,0	134,6	773,6	-54,5	
2017	753,3	27,0	780,3	692,4	144,8	837,2	-56,9	
Valores em R$ bilhões								

A PREVIDÊNCIA NO BRASIL (Quantidades)

REGIME	ATIVOS	INATIVOS	TOTAL	A/I
RGPS – INSS (BEPS 12/16)	68.447.612	33.755.917	102.203.529	2,0
RPPS				
- UNIÃO – CIVIS (BEP 12/16)	956.720	732.696	1.689.416	1,3
- UNIÃO – MILITARES (BEP 12/16)	368.467	298.929	667.396	1,2
- ESTADOS/DF	2.668.253	2.058.650	4.726.903	1,7
- MUNICÍPIOS	2.423.871	612.453	3.036.324	3,9
TOTAL	74.864.923	37.458.645	112.323.568	

BENEFÍCIOS - RGPS/INSS (08/18)

ESPÉCIES	URBANOS	RURAIS	TOTAIS
IDADE	4.223.729	6.462.892	10.686.621
INVALIDEZ	2.775.593	419.449	3.195.042
TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO (17,8%)	6.176.023	23.233	6.199.256
PENSÃO POR MORTE	5.338.838	2.369.955	7.708.793
AUXÍLIO-DOENÇA	1.027.468	151.507	1.178.975
OUTROS	972.399	57.642	1.030.041
ASSISTENCIAIS (BPC)	4.677.459	54.097	4.731.556
Total	25.191.509	9.538.775	34.730.284

A ECONOMIA DOS MUNICÍPIOS I (2017)

Número de municípios em que os pagamentos da Previdência superam a Arrecadação - por região

Regiões	2010	Δ%	2017	Δ%	% Municípios onde Benef. > Arrecad.
Centro-Oeste	307	6,7	362	7,4	79,0
Nordeste	1.607	35,0	1.631	33,3	90,9
Norte	335	7,3	373	7,6	82,3
Sudeste	1.314	28,6	1.462	29,9	87,6
Sul	1.026	22,4	1.068	21,8	89,7
Total Benefícios > Arrecadação	**4.589**	**100,0**	**4.896**	**100,0**	**87,9**

A ECONOMIA DOS MUNICÍPIOS II (2017)

Municípios onde Benefícios > FPM

Regiões	2010	Δ%	2017	Δ%	% Municípios onde Benef > FPM	Total Municípios
Centro-Oeste	275	7,1	361	8,8	59,6	606
Nordeste	1.209	31,2	1.269	31,0	70,7	1.794
Norte	232	6,0	199	4,9	64,0	311
Sudeste	1.255	32,4	1.303	31,8	78,1	1.668
Sul	904	23,3	968	23,6	81,3	1.191
Total Benef. > FPM	**3.875**	**100,0**	**4.100**	**100,0**	**73,6**	5.570

A ECONOMIA DAS PESSOAS (2017)

Impactos dos mecanismos de proteção social (previdência[1] e assistência social) sobre o nível de pobreza[2] – Brasil (2016)

Descrição		Quantidade de Pessoas	% do Total
População de Referência[3]		**204.158.256**	**100,00%**
Renda Domiciliar < R$ 468,5	Incluindo benefícios (A)	**63.958.454**	**31,30%**
	Excluindo benefícios (B)	**94.858.130**	**46,50%**
Pessoas retiradas da pobreza por benefícios (B-A)		**30.899.676**	**Redução de 15,2%**

Fonte: PNADC/IBGE 2017.

Elaboração: SPREV/MF.

Nota: [1]Considerando também os segurados dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS.

[2]Linha de pobreza corresponde à quantidade de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a ½ salário mínimo vigente em 2017 (R$ 468,50).

[3]População total, exclusive aqueles que habitam domicílios onde ao menos uma pessoa possui rendimento ignorado.

CARTILHA OFICIAL (PEC 287/16)

- **De onde vêm os recursos da Previdência Social? (1)**
- **As fontes de recursos para o RGPS são as contribuições sobre a folha de salários dos trabalhadores empregados (contribuem tanto empregador quanto empregado); contribuição sobre a renda bruta das empresas – Cofins; Contribuição sobre o Lucro Líquido – CSLL; contribuição sobre a renda líquida dos concursos de prognósticos, excetuando-se os valores destinados ao Programa de Crédito Educativo; e outras de menor valor.**
- http://fazenda.gov.br/noticias/2016/dezembro/imagens-dezembro/PerguntaseRespostassobreaReformadaPrevidncia.pdf

CARTILHA OFICIAL (pec 287/16)

- **De onde vêm os recursos da Previdência Social? (1)**
- **Os RPPS contam com as contribuições do servidor público ativo, dos aposentados e pensionistas e do ente federativo e com bens e direitos destinados por lei ao seu custeio. Os recursos das contribuições são aplicados no mercado financeiro e segregados das demais contas do ente federativo e são administrados por um órgão ou entidade com finalidade de efetuar a gestão de todo o regime.**
- http://fazenda.gov.br/noticias/2016/dezembro/imagens-dezembro/PerguntaseRespostassobreaReformadaPrevidncia.pdf

PROPOSTA I – RENÚNCIAS E ISENÇÕES

- **Revisão ou fim das desonerações das contribuições previdenciárias sobre a folha de pagamento das empresas**

- **Revisão das isenções previdenciárias para entidades filantrópicas**

RENÚNCIAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS (LDO)

Setores (em R$ bi)	2017	2018
Simples (PS, CSLL, Cofins, PIS)	57,00	60,48
Filantropia (Saúde/Educação)	17,64	18,70
Exportador rural	6,56	6,92
Desoneração folha (CPRB)	13,33	14,11
Zona Franca de Manaus	7,24	7,69
Outros	39,40	42,51
TOTAL	141,17	150,41

PROPOSTA II - IMÓVEIS

3. Alienação de imóveis da Previdência Social e de outros patrimônios em desuso através de leilão

PROPOSTA III – DRU

Fim da aplicação da DRU - Desvinculação de Receitas da União - sobre o orçamento da Seguridade Social

- FSE – Fundo Social de Emergência (ECR 1, de 01/03/94)
- FEF – Fundo de Estabilização Fiscal (EC 10, de 04/03/1996)
- DRU – Desvinculação das Receitas da União (EC 29, de 13/09/2000) (EC 93/2016, de 08/09/2016 – 30% até 2023)

DESVINCULAÇÃO DAS RECEITAS DA UNIÃO (DRU)

	2005	2008	2009	2010	2013	2014	2015	2016 (1)	2017
Cofins	17.919	24.019	23.352	28.005	39.882	39.183	40.185	61.404	70.728
CSLL	5.246	8.500	8.718	9.151	12.509	12.639	11.933	20.443	22.695
PIS/Pasep	4.417	6.166	6.206	8.075	10.216	10.356	10.588	16.168	18.673
Outras contribuições (2)	4.914	568	500	630	811	954	1.085	920	981
Taxas de órgãos da Seguridade (1)								380	391
RECEITAS desvinculadas pela DRU	**32.496**	**39.254**	**38.776**	**45.860**	**63.418**	**63.132**	**63.791**	**99.315**	**113.468**
Valor médio subtraído da Seguridade Social (3)	**57.086**								

(1) Valor médio de todo o período de 2005 a 2017, e não apenas do período apresentado na tabela.

(2) A incidência da DRU sobre Taxas iniciou-se com a EC 93 /2016, aplicada retroativamente sobre todo o exercício

PROPOSTA IV – DÍVIDA ATIVA

Criação de mecanismos mais ágeis para a cobrança da dívida ativa da Previdência Social

- **R$ 450 bilhões (CPIPrev)**
- **R$ 427,40 bilhões (IFI)**
  - **37% recuperável na integralidade**

RECUPERAÇÃO DA DÍVIDA

- **“Apesar do crescimento estimado em 15% ao ano do estoque da dívida ativa previdenciária, o que representa um aumento de 57,37 bilhões de reais em 2016, a recuperação de créditos previdenciários pela PGFN no mesmo período limitou-se a cerca de 4 bilhões de reais.” (Senador Telmário Mota, na Justificativa do PLS 283/2017)**
- **"Eu estou falando dos grandes grupos, estou falando dos grandes financiadores, estou falando de grupos conhecidos. Esses grupos se escondem muitas vezes atrás de grandes bancas de advocacia, de bancas de contadores, à beira da legislação, se furtando de pagar o que devem“ (Anelise de Almeida, da PGFN, em 16/03/17, na Comissão Especial da PEC 287/16).**

PROPOSTA V – FISCALIZAÇÃO

- **Melhoria da fiscalização da Previdência Social, por meio do aumento do número de fiscais em atividade e aperfeiçoamento da gestão e dos processos de fiscalização;**
- A Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, extinguiu a **Secretaria da Receita Previdenciária (SRP) e criou a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).**
- **Em fev/2007 – 4.180 Auditores Fiscais da Previdência Social**
- **Em dez/2017 – cerca de 800 envolvidos com atividades PSocial**

PROPOSTA VI – AGRONEGÓCIO

- Revisão das alíquotas de contribuição para a Previdência Social do setor do agronegócio
- Rurais – 32% do número de benefícios
- 52% da necessidade de financiamento – R$ 114 bilhões
- 2018 – Arrecadação – R$ 10 bilhões
- 2018 – Benefícios – R$ 124 bilhões

- PIB Brasil 2017 – R$ 6,6 trilhões
- PIB Agropecuária – 23% do total

- R$ 1,51 trilhão

MOTIVAÇÃO PRINCIPAL

28/03/2019 às 05h00

Impulso à vista

Por **Roseli Loturco | Para o Valor, de São Paulo**

Animados com a possibilidade de aprovação de uma Reforma da Previdência que contemple o regime de capitalização, bancos e seguradoras esperam que 2019 traga fôlego novo para este mercado. Isso porque, apesar de continuar avançando em volume financeiro e ter superado os R$ 830 bilhões em 2018, com crescimento 10,4%, a captação líquida desacelerou pelo segundo ano consecutivo e ficou em R$ 39,5 bilhões, 30,6% menor do que no período anterior, conforme dados da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi).

Há certo consenso na indústria de que, se nenhum fato político atrapalhar, a Reforma e toda a discussão e impacto que ela irá gerar sobre a sociedade deve levar um contingente novo de clientes para as instituições financeiras: a classe média de menor renda, até hoje distante desse produto.

CAPITALIZAÇÃO

•Como funciona?

•Neste regime, cada trabalhador faz uma poupança individual, administrada por empresas privadas, que no futuro vai financiar sua própria aposentadoria. O valor do benefício a receber na velhice depende da capacidade do trabalhador de poupar e do retorno do investimento. Há o risco de o benefício ficar abaixo do esperado. Quem poupar muito, por outro lado, pode se aposentar antes ou por um valor maior.

PRIVATIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA – RESERVAS EFPC

- Previdência Complementar Fechada
- EFPC – Entidades Fechadas de Previdência Complementar – Fundos de Pensão
- Fev/97 – 255 EFPP – R$ 72 bilhões
- Nov/18 - 266 EFPP – R$ 866 bi em ativos
- (847 mil assistidos - 2,7 milhões participantes + 3,9 milhões dependentes)
- **+ 1.202%** (Fonte: Abrapp)
- (Fonte: Abrapp)

CRESCIMENTO DA PREVIDÊNCIA PRIVADA

- **Previdência Complementar Aberta**

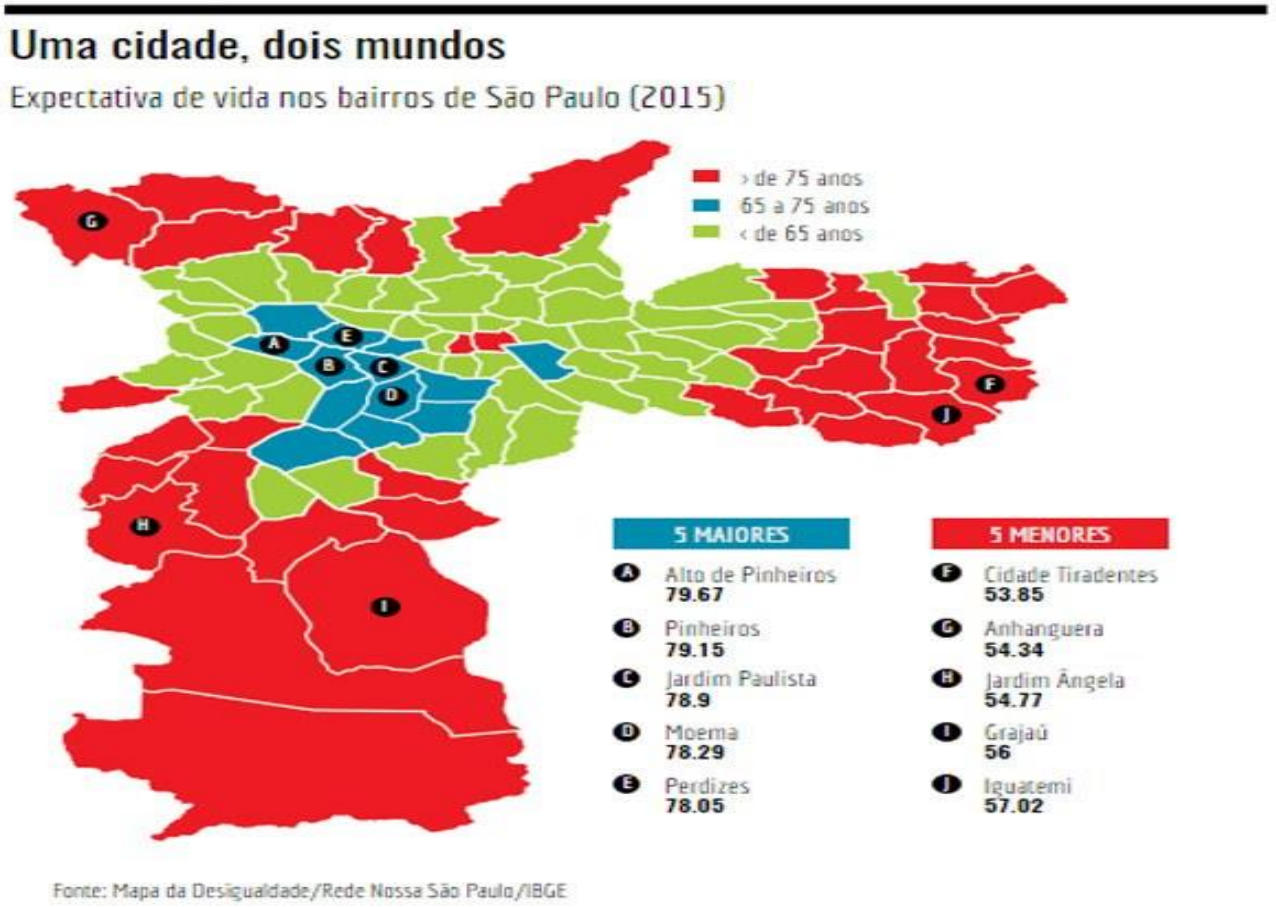
- Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) - Valor pago pode ser abatido no Imposto de Renda (desde que esse valor represente até 12% de sua renda bruta anual). Quando o dinheiro é sacado, o imposto é cobrado sobre o total existente no fundo.

- Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) - Não pode ser abatido no Imposto de Renda. Quando houver saque, o imposto é cobrado sobre o rendimento.

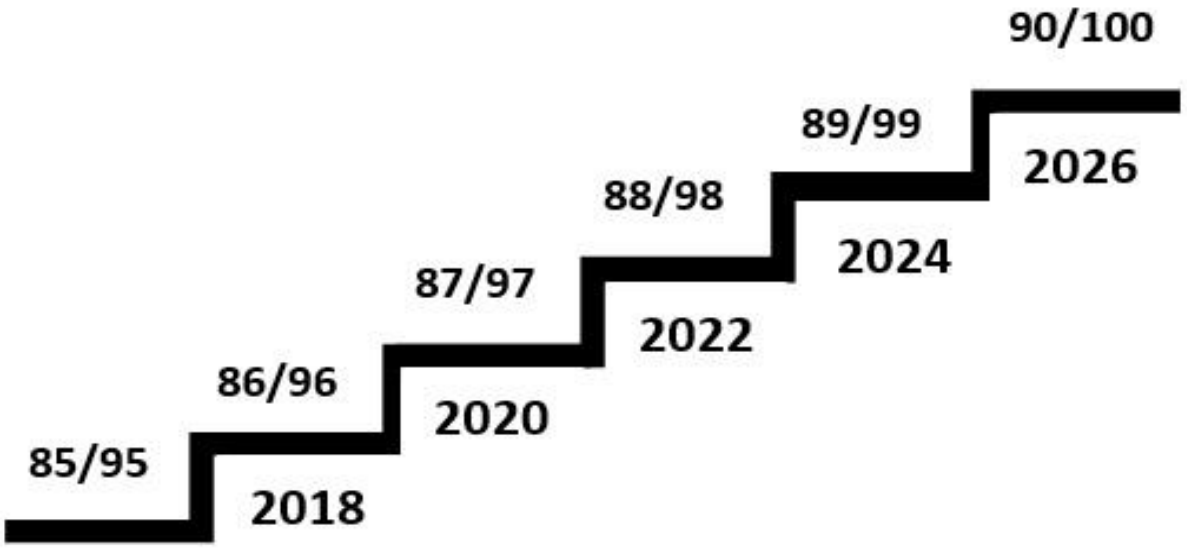
- **14 milhões pessoas com planos de previdência**
- **Em 2017 R$ 758 bilhões**
- **Em 2018 R$ 836 bilhões**
- **+ 10,5%**

- **(Fonte: Fenaprevi)**

DESIGUALDADES NA EXPECTATIVA DE SOBREVIDA



FÓRMULA 85/95 > 90/100 – Lei 13.183/15



ORÇAMENTO DA UNIÃO 2019

Grandes números do Orçamento de 2019

Orçamento total – **R$ 3,38 trilhões**

Receita Corrente Líquida – **R$ 846,7 bilhões**

Déficit primário – **R$ 139 bilhões** (1,9% do PIB)

Valor aplicável pelo teto de gastos (EC 95) – **R$ 1,407 trilhão**

Despesas primárias líquidas – **R$ 1.434,6 trilhão**
discricionárias – **R$ 135,6 bilhões** (9,5%)
obrigatórias – **R$ 1.299,1 trilhão** (90,5%)

Dívida pública: **R$ 1,424 trilhão**
Refinanciamento da dívida pública – **R$ 758,7 bilhões**
Amortização efetiva – **R$ 287,3 bilhões**
Juros – **R$ 378,9 bilhões**

Transferências constitucionais – **R$ 267,5 bilhões**

Benefícios fiscais – **R$ 376 bilhões**

Gastos com pessoal – **R$ 351,35 bilhões**
(inclui gastos com inativos e pensionistas do setor público)

Investimentos públicos – **R$ 146,1 bilhões** (R$ 119,6 bilhões de estatais)

Previdência Social – **R$ 764,9 bilhões**
(RGPS – **R$ 637,9 bilhões**)
(Regimes próprios militares e civis – **R$ 87,5 bilhões**)

Emendas parlamentares – **R$ 13,7 bilhões**
(de bancada – **R$ 4,6 bilhões**)
(individuais – **R$ 9,2 bilhões**)

Fonte: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira e Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019 (PLN 27/2018)

ORÇAMENTO DA UNIÃO 2019

- **Total do Orçamento – R$ 3,38 trilhões**

- **Previdência Social – R$ 637,9 bilhões**
- **Aposentadorias civis e militares – R$ 87,5 bilhões**
- **Folha de pessoal – R$ 351,3 bilhões**

- **Juros e amortização da dívida – R$ 1,424 trilhão**

PRINCIPAIS MUDANÇAS PEC 06/19

- **Tempo de contribuição**
  - Para conseguir se aposentar, não basta apenas a idade mínima. Os segurados vão precisar combinar essa idade com um tempo mínimo de contribuição. Esse período, chamado de carência, será de 20 anos e não mais de 15 anos hoje vigente.

- **Valor do benefício**
  - O cálculo da aposentadoria terá uma regra só para todos os trabalhadores, da iniciativa privada e servidores. O valor da aposentadoria será de 60% da média salarial (100% dos salários desde jul/94) mais 2% por ano de contribuição que exceder 20 anos. Com isso, a aposentadoria integral só será possível aos 40 anos de contribuição.

PRINCIPAIS MUDANÇAS PEC 06/19

- **Alíquotas progressivas como o Imposto de Renda**
- Uma das principais novidades da reforma é alteração nas alíquotas de contribuição dos servidores públicos e no INSS, que serão unificadas. Elas partem de 7,5% para quem ganha o salário mínimo (hoje em 998 reais).
- Os servidores com benefícios acima do teto do Instituto Nacional do Seguro Social (atualmente em R$ 5.839,45), terão alíquotas de contribuição mais altas, chegando a 22%. Além da possibilidade de cobrança extraordinária para cobrir rombos nos RPPS.

PRINCIPAIS MUDANÇAS PEC 06/19

- **Regras de transição (RGPS)**
- A) A partir de 2019 será fixada uma idade mínima de 56 anos para as mulheres e 61 anos para os homens. Essa idade sobe meio ponto a cada ano passado. Nesse caso, os homens chegariam aos 65 anos em 2027 e as mulheres em 2031.
- B) A regra 86/96, que hoje é usada para chegar na aposentadoria integral. Caso a mulher complete 86 pontos, somando idade e tempo de contribuição e o homem, 96, pode se aposentar antes de chegar na idade mínima. Porém, é necessário ter ao menos 30 anos de contribuição (mulher) e 35 anos (homem). Essa regra também é progressiva e sobe um ponto a cada ano. Segundo o ministério da Economia, ela estará disponível até 2033.
- C) Regra para quem está muito próximo da aposentadoria por tempo de contribuição. Quem está a dois anos de cumprir os requisitos da aposentadoria – 30 anos, se mulher, e 35, se homem – poderá optar pela aposentadoria sem idade mínima, aplicando-se o Fator Previdenciário, após cumprir pedágio de 50% sobre o tempo faltante.

PRINCIPAIS MUDANÇAS PEC 06/19

- **Regra de transição (RPPS)**
- Os servidores que ingressaram no serviço público até 2003 e quiserem integralidade e paridade caem na exigência da idade mínima de 62 anos (M) e 65 anos (H).
- Quem entrou no serviço público a partir de 2003 se aposentará com limite do INSS (hoje R$ 5.839,45). Mais do que este teto, somente através da Previdência Complementar.

PRINCIPAIS MUDANÇAS PEC 06/19

- **Benefício da Prestação Continuada (BPC)**
- Regras diferenciadas para concessão do Benefício da Prestação Continuada (BPC), dos idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

- Para idosos, a partir dos 60 anos, o benefício será de R$ 400. A partir dos 70 anos, esse valor sobe para o salário mínimo. Hoje, só é elegível ao BPC o idoso de baixa renda a partir dos 65 anos. No caso dos deficientes, nada muda e o benefício continua sendo de um salário mínimo.

PRINCIPAIS MUDANÇAS PEC 06/19

- **Pensão por morte**
- A reforma limita o valor pago na concessão do benefício de pensão por morte a 60% por família, mais 10% por dependente.

- Será possível acumular pensões e aposentadorias, porém o segurado não receberá o valor integral. O segurado vai receber 100% do benefício de maior valor mais uma porcentagem do outro benefício, que varia de 80% do SM (até 1,5 salário mínimo). O que passar de quatro salários mínimos, não poderá ser acumulado.

PRINCIPAIS MUDANÇAS PEC 06/19

- **Desconstitucionalização**

- Retira da CF a previdência social, configurando retrocesso nos âmbitos da proteção social e da segurança jurídica dos cidadãos.
- Grave incerteza quanto ao futuro das populações protegidas, cujas regras previdenciárias serão fixadas por lei infraconstitucional (complementar), sob quóruns parlamentares bem inferiores ao de uma emenda constitucional.

SOLIDARIEDADE

- **“Dentre os princípios constitucionais, estão o contributivo e o da solidariedade. No meu modo de ver, são princípios que representam cláusulas pétreas, que não podem ser modificadas pelo poder constituinte derivado, e esse poder é que vai ser exercido por meio de uma emenda constitucional”.**

- **“O sistema contributivo sempre deu certo porque é um sistema de repartição em que toda sociedade contribui para o deferimento das aposentadorias, que em alguns momentos é precoce.”**

  - **Luiz Fux, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF)**

CNBB

- **“(...) Reconhecemos que o sistema da Previdência precisa ser avaliado e, se necessário, adequado à Seguridade Social. Alertamos, no entanto, que as mudanças contidas na PEC 06/2019 sacrificam os mais pobres, penalizam as mulheres e os trabalhadores rurais, punem as pessoas com deficiência e geram desânimo quanto à seguridade social, sobretudo, nos desempregados e nas gerações mais jovens. (...)**
- **(...) Consideramos grave o fato de a PEC 06/2019 transferir da Constituição para leis complementares regras previdenciárias como idades de concessão, carências, formas de cálculo de valores e reajustes, promovendo desconstruções da Constituição Cidadã (1988).(...)”**
  - **Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, em 28 de março de 2019.**

FORA DA CURVA

gilmar.fraga@zerohora.com.br

NOVA PREVIDÊNCIA.
É PARA TODOS.
É MELHOR PARA O BRASIL.
brasil.gov.br/novaprevidencia
PÁTRIA AMADO BRASIL

“NOVA” PREVIDÊNCIA:
TRABALHAR MAIS,
PAGAR MAIS,
RECEBER MENOS!

“NOVA” PREVIDÊNCIA:
RUIM PARA O
TRABALHADOR,
PIOR PARA O BRASIL!

Obrigado pela atenção!